



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO ORIGINAL

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>

ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

As perspectivas de professores sobre a Unidade Curricular Comum de educação financeira, fiscal e empreendedora na cidade de Manaus

Teachers' perspectives on the Common Curricular Unit on financial, fiscal and entrepreneurial education in the city of Manaus

DOI: 10.55892/jrg.v7i14.1032

ARK: 57118/JRG.v7i14.1032

Recebido: 26/04/2024 | Aceito: 08/05/2024 | Publicado *on-line*: 09/05/2024

Paula Leticia da Silva Fernandes¹

<https://orcid.org/0009-0001-7275-291X>

<http://lattes.cnpq.br/2969196957539302>

Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil

E-mail: paulaleticiadasilvafernade@gmail.com

Guilherme Araújo Soares²

<http://orcid.org/0000-0003-3146-8303>

<http://lattes.cnpq.br/2969196957539491>

Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil

E-mail: guilherme.soares@ufam.edu.br

Jéssica Melissa de Souza Pinheiro³

<https://orcid.org/0009-0002-0047-9771>

<http://lattes.cnpq.br/7941001141685894>

Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil

E-mail: contato.jessicamelissa@gmail.com

Domingos Anselmo Moura da Silva⁴

<https://orcid.org/0009-0008-9036-712X>

<http://lattes.cnpq.br/5250825498220376>

Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil

E-mail: anselmo@ufam.edu.br



Resumo

Esta pesquisa teve como estudo apresentar o currículo do Ensino Médio no Amazonas, com enfoque no itinerário formativo de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, além de discutir as perspectivas dos professores em relação a essa oferta no currículo. Foi realizado uma pesquisa com professores do ensino médio no estado do Amazonas para entender suas qualificações e experiência no ensino da Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora. Os resultados da pesquisa mostraram que, embora todos os professores tivessem experiência em sala de aula, eles não tinham treinamento específico para ensinar. Os professores também argumentam que a inclusão da Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora é crucial para preparar os estudantes para os desafios econômicos que enfrentarão em suas vidas.

¹ Graduanda em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas.

² Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Ensino de Matemática pela Faculdade Única de Ipatinga.

³ Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas. Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Amazonas.

⁴ Graduado em Licenciatura Plena e Bacharelado em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Matemática Pura na Área de Geometria Diferencial pela Universidade Federal do Amazonas.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Itinerários Formativos. Unidade Curricular Comum.

Abstract

The purpose of this research was to present the high school curriculum in Amazonas, with a focus on the Financial, Tax and Entrepreneurial Education training itinerary, as well as to discuss teachers' perspectives in relation to this offer in the curriculum. A survey was carried out with high school teachers in the state of Amazonas to understand their qualifications and experience in teaching the Common Curricular Unit of Financial, Tax and Entrepreneurial Education. The results of the survey showed that although all the teachers had classroom experience, they did not have specific training to teach. Teachers also argue that the inclusion of the Common Curriculum Unit on Financial, Tax and Entrepreneurial Education is crucial to prepare students for the economic challenges they will face in their lives.

Keywords: *New High School. Formative Itineraries. Common Curricular Unit.*

1. Introdução

Há alguns anos, verificou-se a urgência de reformular o Ensino Médio devido aos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (INEP, 2015), que revelaram a deficiência dos indicadores de proficiência nessa etapa, bem como as maiores taxas de abandono escolar constatado no Censo (2014, 2015).

A Educação Básica nessa fase gera muitas controvérsias devido, em parte, a questões relacionadas sobretudo a problemas “[...] relacionados à sua qualidade, às questões do acesso e da permanência, à discussão sobre a sua identidade e finalidades”, segundo Ferreira e Silva (2017, p. 287).

Além dos problemas mencionados, o Ensino Médio tem passado por mudanças frequentes, pois não há consenso entre os representantes sobre um plano educacional abrangente, que englobe desde a creche até o Ensino Superior, e que dê destaque à importância do Ensino Médio como fase final da Educação Básica. Além disso, questiona-se: qual é o perfil de saída desejado para os jovens do ensino médio? (FERRETTI, 2016).

O ensino tem sido um desafio ao longo dos tempos. Ainda mais no século XXI, onde a tecnologia e as mudanças na sociedade têm sido cada vez mais rápidas e intensas. Nesse contexto, o papel do professor torna-se ainda mais importante e desafiador. Ele precisa conseguir ensinar os estudantes a lidar com problemas complexos, estimular a criatividade e a inovação.

A educação tem sido um tema de intenso debate entre os teóricos ao longo dos anos (BRANCO; ZANATTA, 2021; COSTA; TEIXEIRA, 2021), especialmente no que se refere às mudanças no ensino e no papel dos professores. Com o avanço rápido da tecnologia e as mudanças na sociedade, os professores precisam se adaptar e estar preparados para ensinar habilidades fundamentais, como pensamento crítico, resolução de problemas complexos, criatividade e inovação. Essas habilidades são vitais para preparar os estudantes para o mundo em constante evolução em que vivemos atualmente.

Alguns estudos apontavam que o currículo tradicional do ensino médio era muitas vezes descontextualizado e pouco interessante para os estudantes (RESENDE; MESQUITA, 2013; PINHEIRO; SILVEIRA; BAZZO, 2007), o que acabava gerando desinteresse e baixo desempenho escolar. Freire (1996) defende que a educação precisa ser contextualizada e conectada com a realidade dos estudantes

para ser efetiva. Isso significa que os conteúdos ensinados precisam ter relevância e significado para os estudantes, para que eles possam compreender sua importância e aplicabilidade no mundo real. Além disso, a utilização de metodologias ativas e dinâmicas, que incentivem a participação dos estudantes, também pode tornar o currículo mais atrativo e engajador.

A Base Nacional Comum Curricular reitera sobre o antigo modelo do Ensino Médio visto como:

“Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras (BRASIL, 2018, p. 461).”

Destacando a necessidade de mudanças no antigo modelo do ensino médio, que era seletivo, pouco significativo e afastava muitos jovens da escola. A Base Nacional Comum Curricular defende a importância de um currículo mais flexível e diversificado, que ofereça oportunidades educacionais relevantes e significativas para os estudantes, permitindo seu desenvolvimento integral e em sintonia com as necessidades e expectativas de cada estudante.

A Lei 13.415/2017, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases, traz mudanças significativas no currículo do Ensino Médio brasileiro, tornando-o mais atrativo e diversificado. A partir da lei, o Ensino Médio passou a contar com uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com itinerários formativos, que possibilitam aos estudantes escolher as áreas que desejam aprofundar seus conhecimentos, de acordo com seus interesses e projetos de vida.

As mudanças promovidas pela Lei 13.415/2017 visam tornar o Ensino Médio mais relevante e significativo para os estudantes brasileiros. Segundo o §7 do Art. 35-A dessa lei, os currículos devem ser desenvolvidos para considerar a formação integral do estudante, contemplando aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais e auxiliando na construção de seus projetos de vida. Com essas mudanças, busca-se oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades e desafios do mundo contemporâneo, preparando os jovens para as demandas do mercado de trabalho e para a participação ativa na sociedade (BRASIL, 2017).

Desse modo, traçamos como objetivo deste trabalho em apresentar o currículo do Ensino Médio no Amazonas, com enfoque no itinerário formativo de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, além de discutir as perspectivas dos professores em relação a essa oferta no currículo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Arquitetura Curricular do Ensino Médio no Estado do Amazonas

Considerando a realidade do Ensino Médio, o Novo Ensino Médio proporcionará aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades importantes, tais como a cooperação, defesa de ideias, compreensão das tecnologias e análise crítica do mundo ao seu redor. Ademais, busca-se dar suporte ao aluno na escolha de seus caminhos pessoais e profissionais, tanto durante o Ensino Médio quanto em sua trajetória futura.

[...] continuar desenvolvendo o aprendizado dos estudantes, por meio das mesmas vertentes usadas no currículo do ensino fundamental, mesmo que inclua uma gama mais ampla e complexa de conceitos e contextos, para o aprofundamento das habilidades consideradas focais no percurso da Educação Básica e que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento integral dos estudantes e, por meio disso, possam realizar seus Projetos de Vida (AMAZONAS, 2021b, p. 27).

A Arquitetura Curricular do Novo Ensino Médio no estado do Amazonas tem como princípio a flexibilidade, conforme o Art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi alterado pela Lei n. 13.415/2017. Isso significa que o Currículo do Ensino Médio passa a ser composto por duas partes: a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF), representado na Figura 1.

Figura 1 - Currículo do Ensino Médio no Estado do Amazonas



Fonte: Amazonas (2021a, p. 452)

A Formação Geral Básica (FGB) no Estado do Amazonas é baseada na BNCC e visa aprofundar as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental por meio da organização curricular por Áreas de Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Dessa forma, busca-se desenvolver a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles (AMAZONAS, 2021a). A Formação Geral Básica tem como objetivo proporcionar uma base sólida de conhecimentos, habilidades e valores para os estudantes, preparando-os para a vida adulta e para o mundo do trabalho, independentemente da área de atuação que escolham. Para isso, são trabalhados temas transversais, como ética, cidadania, meio ambiente, diversidade cultural e sexualidade, além de serem utilizadas metodologias que favoreçam a aprendizagem significativa e a construção do conhecimento pelos estudantes, de acordo com Amazonas (2021b).

Os Itinerários Formativos pretendem oferecer aos estudantes a oportunidade de aprofundar e diversificar seus conhecimentos em áreas específicas de seu interesse, permitindo a construção de um percurso formativo mais personalizado e alinhado às suas expectativas pessoais e profissionais. Os Itinerários Formativos foram organizados no estado do Amazonas por meio de Unidades Curriculares Comuns (UCCs), Unidades Curriculares Eletivas (UCEs) e Unidades Curriculares de Aprofundamento (UCAs).

O Novo Ensino Médio traz também a ampliação da carga horária mínima tanto para Formação Geral Básica como para os Itinerários Formativos, segundo afirma Amazonas:

Na rede de ensino do Amazonas, a reforma na arquitetura do currículo reestrutura a carga horária da etapa do ensino médio para 3000h, sendo o máximo 1.800h para a Formação Geral Básica [...], a complementação da carga horária com o mínimo de 1.200h são compostas pela flexibilização do currículo em Itinerários Formativos (AMAZONAS, 2021a, p. 404).

Dado que existem quatro eixos estruturantes para os itinerários formativos mencionados acima e considerando que eles se complementam, é crucial que os itinerários formativos incluam e unam todos esses eixos, de acordo com Amazonas:

Além disso, de acordo com o § 2o, art. 12 da citada resolução, os itinerários formativos devem [...] e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo (AMAZONAS, 2021a, p. 404).

A pesquisa foca nas Unidades Curriculares Comuns que têm como propósito proporcionar aos estudantes do ensino médio no Amazonas a oportunidade de adquirir habilidades que os ajudem em suas decisões atuais e futuras. O objetivo dessas unidades é ter um impacto positivo na vida dos estudantes. Em 2022, a implementação das Unidades Curriculares Comuns pela Rede Estadual de Educação do Amazonas foi iniciada, tendo sido disponibilizadas as seguintes unidades: Projeto de Vida, Projetos Integradores, Cultura Digital, Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, e Estudos Orientados (AMAZONAS, 2021a).

A Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora é uma das ofertadas pela Rede Estadual de Educação do Amazonas. Diante disso, é importante questionar: por que a oferta de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedor?

2.2 Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora

No presente artigo, serão abordadas as reflexões e posicionamentos de alguns autores relevantes acerca da relevância da Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora. A partir dessas análises, pretende-se evidenciar e discutir a pertinência do objetivo proposto pela Rede Estadual de Educação do Amazonas para a implementação dessa Unidade Curricular Comum no ensino médio.

Após análises realizadas, constatou-se a falta de educação financeira na vida da população do Amazonas, ocasionada por altos índices de endividamento devido à falta de comprometimento cidadão. É necessário que essas famílias endividadas tenham acesso a informações que as auxiliem na redução de despesas, no consumo consciente e na adequada gestão de suas finanças.

A importância da educação financeira consiste em dar o conhecimento e as informações necessárias ao indivíduo para que ele possa compreender a situação econômica, tanto em uma visão micro e pessoal, focando em suas próprias finanças, quanto em uma visão macro, entendendo a situação do país e do mundo, e compreendendo que as variações globais e nacionais da economia vão influenciar sua empresa, sua família e sua vida. (SILVA *et al.*, 2016, p. 352).

Segundo Robert Kiyosaki e Dave Ramsey, estudiosos renomados na área financeira, a educação financeira é fundamental para o sucesso na vida pessoal e profissional, pois a gestão adequada das finanças proporciona mais segurança e controle sobre as decisões financeiras (KIYOSAKI, 2017; RAMSEY, 2013). Esses autores defendem que o conhecimento sobre finanças permite às pessoas tomar decisões mais conscientes e estratégicas, evitando dívidas desnecessárias e investindo de maneira inteligente para atingir objetivos financeiros a longo prazo.

Além disso, a Educação Fiscal também é vista como um fator importante para a empregabilidade, uma vez que proporciona ao indivíduo conhecimentos e habilidades para lidar com questões tributárias e fiscais, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Existem diversos teóricos que defendem a importância da educação fiscal para a sociedade. Um deles é o economista e professor brasileiro Lima (2016), que afirma que a educação fiscal é um elemento fundamental para a formação do cidadão e para o exercício da democracia. Segundo ele, a educação fiscal permite que o indivíduo compreenda a importância dos tributos e dos serviços públicos para a sociedade, além de estimular a transparência e a participação social na gestão pública.

Filho (2014) defende a educação fiscal destacando a necessidade de uma educação fiscal abrangente, que contemple desde a compreensão do sistema tributário até o acompanhamento das políticas públicas e a fiscalização dos gastos governamentais. Segundo ele, a educação fiscal é uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Já em relação à Educação Empreendedora, um dos teóricos que defende a importância é o educador e escritor brasileiro Dornelas (2017). Ele destaca que a educação empreendedora é essencial para formar empreendedores de sucesso, capazes de inovar e gerar empregos e riquezas para a sociedade. Segundo Dornelas, a educação empreendedora deve ser voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências como liderança, criatividade, planejamento, gestão financeira e estratégica, entre outras.

Outro estudioso que se dedica a abordar a educação empreendedora como um processo é Dolabela (2004).

[...] possui foco na comunidade, e não no indivíduo. Porém, trabalha-se o indivíduo porque, dentro da Pedagogia Empreendedora, o empreendedor é um indivíduo que gera utilidade para os outros, que gera valor positivo para sua comunidade. Assim, procura-se desenvolver as comunidades através das pessoas (DOLABELA, 2004, p. 128).

Nos estudos presentes sobre Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, a Rede Estadual de Educação definiu como finalidade:

[...] levar os estudantes a compreenderem sobre produtos financeiros, conceitos, riscos, aplicação de conhecimentos matemáticos em seus cotidianos, desenvolvendo competências e habilidades para tomarem decisões com segurança, melhorando o seu bem estar financeiro, assim como, contribuir de forma consciente e cidadã, reconhecendo a função social da tributação e administração pessoal das suas finanças, incentivando-os para empreender e instruindo-os para a criação de um plano de negócios (AMAZONAS, 2021a, p. 428).

Com base na importância desses temas que afetam a vida das pessoas em âmbito local, regional e global, a Rede Estadual de Educação do Amazonas incluiu a Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora no

currículo do ensino médio. A oferta de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora é para todos os estudantes, segundo Amazonas (2021a).

[...] cuja finalidade a ser alcançada é de garantir que todos os estudantes que frequentam as escolas de Ensino Médio Regular (parcial ou integral, capital ou interior, área urbana ou rural), alcancem as competências definidas no Perfil de Estudantes à Saída da Escolaridade Obrigatória (AMAZONAS, 2021a, p. 422-423).

A carga horária e as aulas serão distribuídas conforme a jornada escolar, sendo parcial diurno, parcial noturno, integral e integral bilíngue. A distribuição será realizada segundo a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Distribuição de aula e carga horária nas escolas de todas as jornadas

Jornada	Unidade Curricular Comum	1ª série		2ª série	
		a.s	a.a	a.s	a.a
Parcial (Diurno)	Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora	1	32	-	-
Parcial (Noturno)	Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora	-	-	2	64
Integral	Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora	2	80	-	-
Integral (Bilíngue)	Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora	1	40	-	-

Fonte: Adaptado de Amazonas (2021a).

Para auxiliar os professores na ministração das aulas de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, foram disponibilizados documentos como o Caderno Pedagógico, o Plano de Ensino e o Organizador Curricular, que servem como guia para a preparação das aulas com os estudantes. Além disso, esses documentos auxiliam na base metodológica a ser utilizada pelo professor.

3. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que se caracteriza por uma interpretação analítica dos dados coletados. De acordo com Lüdke (1986), na pesquisa qualitativa, é preciso trabalhar todo o material coletado, incluindo observações, entrevistas, análises de documentos e outras informações disponíveis. Na presente pesquisa, os dados foram organizados com base nas respostas dos professores entrevistados e, posteriormente, foram analisados. A análise qualitativa compreenderá a realidade em profundidade, já que não se baseia na quantificação dos dados, conforme afirmado por Minayo (1994).

A análise qualitativa está voltada para o nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Os dados a serem analisados devem ser obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, retratar a perspectiva dos participantes e enfatizar mais o processo do que o produto. Deve aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, medidas e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 21).

A pesquisa teve como metodologia a análise documental, com foco na legislação federal e estadual referente à reforma curricular do Ensino Médio, utilizando como base documentos normativos específicos. Conforme pontua Gil (2010), existem diversas abordagens de pesquisa baseadas em documentos, sendo necessário estabelecer uma sequência de etapas para análise, desde a definição dos objetivos até a organização lógica das informações.

O estudo realizado utilizou uma abordagem bibliográfica que permitiu a análise dos documentos a partir do contexto social do tema. A seleção da literatura especializada foi considerada uma etapa fundamental do processo, segundo Cervo e Bervian (2007), sendo realizada por meio da leitura e análise de materiais publicados. Gil (2010) destaca que a pesquisa bibliográfica depende de diversos fatores, como o conhecimento do pesquisador e a natureza do problema a ser estudado.

No período de novembro a dezembro de 2022, foi realizado um estudo por meio de entrevistas semiestruturadas com 3 professores do Ensino Parcial que ministram a Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora. O processo de seleção dos entrevistados baseou-se no critério de serem professores da referida Unidade Curricular Comum. Antes do início das entrevistas, os professores receberam um termo de compromisso e participação na pesquisa, que foi assinado por eles e pelo pesquisador.

Para a organização e interpretação dos dados, optamos por adotar os procedimentos recomendados pela Análise de Conteúdo (AC), conforme delineados por Bardin (2010, p. 42). Essa abordagem constitui um conjunto de técnicas voltadas para a análise sistemática e objetiva das comunicações, com o intuito de extrair indicadores, sejam eles quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Seguindo a metodologia proposta por Bardin (2010), a análise de conteúdo compreende três etapas fundamentais: (1) Pré-análise, responsável pela organização e seleção do corpus, que, no caso desta pesquisa, é representado pelas 13 respostas dos questionários dos estudantes universitários de Estágio Supervisionado III; (2) Exploração do material, direcionada à leitura das informações contidas no corpus, incluindo a codificação e categorização dos dados. A designação dos participantes é realizada como P1, P2 e P3, com categorias previamente definidas e categorias emergentes elaboradas durante o processo, conforme orientação de Dias, Arruda e Passos (2022); (3) Tratamento dos resultados, etapa em que são destacados os aspectos específicos e relevantes do fenômeno investigado, realizando a síntese dos resultados e inferências sobre a situação estudada.

4. Resultados e Discussão

4.1 Formação e Experiência Profissional

Durante as entrevistas realizadas, foi questionado aos participantes sobre sua formação profissional. Constatou-se que o Professor 1 e o Professor 2 declararam ter formação em Licenciatura em Física, enquanto o Professor 3 possui formação em Licenciatura em Matemática. Quanto à titulação, apenas o Professor 2 possui o grau de Mestre, enquanto os Professores 1 e 3 possuem o grau de Especialista.

Os professores participantes relataram sobre seu tempo de atuação em suas áreas de formação no Ensino Médio. Foi informado pelos Professores 1 e 3 que possuem uma experiência de “9 anos de atuação em sala de aula”. Já o Professor 2 afirmou ter “12 anos de atuação em sala de aula” em sua respectiva área.

Foi realizada uma pergunta aos entrevistados acerca das formações continuadas oferecidas pela Rede Estadual de Educação e se eles haviam participado. Apenas o Professor 2 respondeu, informando sua participação em tais formações.

Eu participo sempre, pois há diversas metodologias utilizadas e que posso levar para sala de aula no desenvolvimento das aulas, traçando o objetivo em incentivar o protagonismo juvenil e capacitar os estudantes a utilizar atividades para criarem, intervirem e empreenderem (Professor 2).

Foi indagado aos professores se eles haviam recebido alguma formação para trabalhar com a Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora. Todos responderam “Não”. O Professor 3 acrescentou o seguinte comentário:

Eu, como professor de matemática, tive que buscar recursos para levar dentro de sala aos estudantes, pois não houve uma formação e busquei cursos para me aprimorar, como o do MEC “Educação Financeira nas Escolas” e eu poder adequar as minhas aulas (Professor 3).

Através das perguntas realizadas, foi possível constatar a diferença entre as formações dos professores e a necessidade de uma formação específica para poderem exercer as atividades relacionadas à Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora dentro da sala de aula, para cumprir a finalidade proposta.

4.2 As aulas de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora

No que diz respeito às aulas ministradas, foi feita uma pergunta direcionada aos entrevistados sobre quantas turmas eles ensinam a Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora e quantos estudantes há em cada turma. Com base nessas informações, a Tabela 2 foi elaborada.

Tabela 2: Distribuição de carga horária nas escolas de todas as jornadas.

Professores	Quantidades de Turmas	Quantidade de Estudantes
Professor 1	3 turmas	Entre 33 e 37 estudantes por turma
Professor 2	5 turmas	Entre 35 e 41 estudantes por turma
Professor 3	3 turmas	Entre 31 e 35 estudantes por turma

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Durante a pesquisa, foi realizada uma pergunta aos entrevistados sobre a importância da Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora para os estudantes do Ensino Médio. O Professor 1 afirmou ser “útil para a vida familiar e social na sociedade”, enquanto o Professor 3 destacou que “traz reflexões da visão de mundo aos estudantes e os ensina sobre o dinheiro”. Por sua vez, o Professor 2 fez a seguinte consideração:

A oferta garante uma experiência real, em analisar os fenômenos locais e trazendo situações de experimentações para usarem no futuro ou presente. Os estudantes irão levar para dentro da sua realidade, fazendo serem cidadãos conscientes na sociedade (Professor 2).

Na pergunta sobre metodologias para o ensino de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, os entrevistados relataram a adoção de situações com métodos ativos em de sala de aula, e o professor 1 salienta que:

Nas aulas de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora produzo técnicas para os estudantes estarem de ativa dialogando e percebendo os fatos, pois utilizo oficina, jogos materiais, resolução de situações contextuais, projetos e softwares. Utiliza esses métodos para trazer uma dinâmica nas aulas, pois é apenas uma aula por semana (Professor 1).

Após a colocação feita pelo Professor 1 acerca da importância da Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, foi realizada uma pergunta aos entrevistados a respeito da carga horária disponível para essa disciplina e se ela é suficiente para ministrar todos os objetivos de conhecimento propostos. Todos os professores responderam que “Não”, pois o método de ensino em sala de aula requer um tempo maior para abordar os temas de forma adequada e efetiva.

No que se refere aos entrevistados, questionou-se os Professores 1, 2 e 3 sobre o interesse dos estudantes em aprender sobre Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, e todos afirmaram que “Sim”. Isso ocorre devido a uma constante troca de ideias e informações entre os professores e os estudantes durante as aulas.

4. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo apresentar o currículo do Ensino Médio no Amazonas, com enfoque no itinerário formativo de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, além de discutir as perspectivas dos professores em relação a essa oferta no currículo.

Os resultados demonstraram que os professores possuem formação em Licenciatura em Física e Matemática, com apenas um deles tendo o grau de Mestre, e todos possuem experiência em sala de aula. Entretanto, eles relataram a ausência de formação específica para trabalhar com a referida unidade curricular, tendo que buscar recursos para levar aos estudantes.

Em relação à importância da Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora para os estudantes, os professores destacaram sua utilidade para a vida familiar, social e reflexões sobre a visão de mundo, além de trazerem situações de experimentação e conscientização para a sociedade. As metodologias utilizadas incluem métodos ativos, oficinas, jogos, projetos e softwares, buscando trazer dinâmica às aulas, embora a carga horária não seja suficiente para abordar todos os objetivos de conhecimento.

Os professores afirmaram que os estudantes demonstram interesse em aprender sobre Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora, o que se deve à constante troca de ideias e informações durante as aulas. Conclui-se haver uma necessidade de investimento em formação específica para os professores ministrarem a Unidade Curricular Comum de Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora de forma adequada e efetiva, possibilitando a formação de cidadãos conscientes e preparados para lidar com a realidade financeira e empreendedora da sociedade atual.

Em resumo, podemos concluir que a Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora é essencial para os estudantes do Ensino Médio, e que os professores reconhecem a importância. No entanto, para que o ensino dessas disciplinas seja efetivo, é necessário enfrentar desafios como a falta de formação específica, carga horária insuficiente e falta de materiais didáticos adequados. Ademais, iniciativas que auxiliem os professores nesse processo podem ser fundamentais para garantir a qualidade do ensino dessa Unidade Curricular Comum e, conseqüentemente, contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com questões financeiras, fiscais e empreendedoras.

Dessa forma, temos grandes pontos de partida para discussões sobre a importância da Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora. Isso levanta questões importantes sobre as melhores maneiras de ensinar e envolver os estudantes na aprendizagem sobre eles. Mais pesquisas são necessárias para determinar as respostas a essas perguntas e garantir que os estudantes recebam a educação de que precisam para ter sucesso no futuro.

Referências

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto. **Orientações curriculares e operacionais para implementação dos itinerários formativos**. Manaus, 2022.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto. **Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Médio**. Manaus, 2021a.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto. **Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio**. Manaus, 2021b.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BRANCO, Emerson Pereira; ZANATTA, Shalimar Calegari. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 4, n. 3, p. 58-77, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei N° 13.415, de 2017**. Atualiza a Lei N° 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2017.

CENSO ESCOLAR 2014. **Sinopse estatística da educação básica**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 26 out. 2023.

CENSO ESCOLAR 2015. **Sinopse estatística da educação básica**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 29 out. 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 6° Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, Patrícia Coelho da; TEIXEIRA, Luiz Augusto Cavalcante. Meios digitais, ensino e prática docente: mudanças e permanências no contexto da pandemia de COVID 19. **Revista Teias**, v. 22, n. 65, p. 26-40, 2021.

DOLABELA, F. C. **Pedagogia Empreendedora**. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho de 2004. Disponível em <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/293>. Acesso em: 23 de nov. 2018.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro. **Centralidade do ensino médio no contexto da nova “ordem e progresso”**. Educ. Soc.,v. 38, nº. 139, p.287-292, abr.-jun., 2017

FERRETTI, C. J. REFORMULAÇÕES DO ENSINO MÉDIO. **HOLOS**, [S. l.], v. 6, p. 71–91, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4988. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4988>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FILHO, J. D. S. C. **Manual de direito administrativo I**. São Paulo: Atlas, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. **Matrizes e escalas**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 25 out. 2023.

KIYOSAKI, Robert. Pai rico, pai pobre. Ed. **Alta Books**, 2017.

LIMA, I.C. **Educação Fiscal para a Cidadania**. São Paulo: FAZESP, 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC ABRASCO, 1994.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter Antonio. Ciência, tecnologia e sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 13, p. 71-84, 2007.

RAMSEY, Dave. **A Transformação total do seu dinheiro: Um Plano Eficaz Para Alcançar O Bem-estar Financeiro**. Ed. Thomas Nelson Brasil, 2013.

RESENDE, Giovani; MESQUITA, Maria da Gloria BF. Principais dificuldades percebidas no processo ensino-aprendizagem de Matemática em escolas do município de Divinópolis (MG). **Educação Matemática Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 199-222, 2013.

SILVA, Breno Henrique Prado et al. **A essencialidade da educação financeira na vida do gestor financeiro: uma análise com profissionais da Macrorregião de Varginha-MG**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502499.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.



SILVA, José Francisco da. **A Educação Fiscal: Ações do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF no Ensino Fundamental e Médio**. Monografia (especialização), Curso em Legislativo e Políticas Públicas, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5866>>. Acesso em: 21 nov. 2023.